

Gastos com enfrentamento à Covid chegam a R\$ 36 bilhões neste ano, prevê IFI

O valor se refere à soma entre o crédito de R\$ 20 bilhões aberto para a compra das vacinas contra o novo coronavírus

18.jan.2021 às 20h54

Renato Machado

BRASÍLIA

O Brasil deve gastar nas ações contra a Covid-19 neste ano pelo menos R\$ 36,1 bilhões, de acordo com previsão presente no Relatório de Acompanhamento Fiscal de janeiro do IFI (Instituição Fiscal Independente), do Senado.

O documento foi divulgado nesta segunda-feira (18).

O valor se refere à soma entre o crédito de R\$ 20 bilhões aberto para a compra das vacinas contra o novo coronavírus, acrescidos de R\$ 16,1 bilhões de restos a pagar inscritos em ações relacionadas com a pandemia.

O total é maior que o previsto nas alterações ao projeto da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) encaminhado pelo governo ao Congresso, em dezembro, que estimava R\$ 31,6 bilhões.

Em 17 de dezembro, o governo federal assinou uma MP (Medida Provisória) que liberou o crédito de R\$ 20 bilhões para a aquisição das primeiras vacinas contra a Covid-19 que fossem certificadas pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária).

Neste domingo, a agência autorizou o uso emergencial dos imunizantes Coronavac, parceria do Instituto Butantan com a

chinesa Sinovac, e também da vacina da AstraZeneca/Oxford. A vacinação a cargo do governo federal começou nesta segunda-feira.

“Interessante notar que, dos R\$ 16,1 bilhões inscritos em restos a pagar, R\$ 8,0 bilhões se referem ao Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda – BEm, voltado aos trabalhadores formais. Os gastos do programa chegaram a alcançar R\$ 7,1 bilhões em junho de 2020, mas haviam caído consideravelmente no fim do ano”, afirma o texto do relatório.

Outra parte relevante desses restos a pagar se refere ao auxílio emergencial, em torno de R\$ 2,3 bilhões.

O governo brasileiro chegou a pagar R\$ 45,9 bilhões com o auxílio emergencial, entre os meses de junho e agosto. No entanto, esse valor foi sendo reduzido - o valor das parcelas havia sido reduzido pelo governo –chegando a R\$ 17,4 bilhões no último mês do ano.

No fim do ano passado, a equipe econômica descartou a hipótese de prorrogar novamente o auxílio emergencial. Havia a expectativa de criação de um novo programa social, mas também não houve acordo entre a equipe do ministro Paulo Guedes (Economia) e o Congresso.

O relatório também aponta que a queda do PIB (Produto Interno Bruto) no ano passado deve ficar em torno de 4,5%. A previsão leva em conta uma alta da produção brasileira no quarto trimestre, em relação ao trimestre anterior, de 2,5%.

A projeção do IFI é que o PIB em valores correntes encerre 2020 em R\$ 7,387 trilhões, acima do previsto em novembro.

O documento ressalta que o orçamento para 2021 ainda não foi aprovado, o que deve ocorrer apenas em abril. O IFI ressalta que a aprovação da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) seguiu um rito diferente e acelerado, por conta do ano atípico decorrente da pandemia da Covid-19.

No entanto, esse rito pode não ser aplicado para o orçamento ou, mesmo que aplicado, não reduza tanto o cronograma para a aprovação.

“Deve-se considerar, contudo, que a tramitação do PLOA é significativamente mais complexa que a da LDO, o que dificulta a adoção desse caminho. Caso o rito constitucional seja seguido, com

o exame e a apreciação perante a CMO, o Orçamento provavelmente não será votado antes de abril. Aprovação da LDO reduziu incertezas em torno do Orçamento de 2021, mas há questões ainda em abertos”, afirma o documento.

Dentre as questões em aberto, o relatório cita justamente a possibilidade de criação de um novo programa social.

“A criação de um programa de renda básica permanente, que chegou a ser anunciada mais de uma vez pelo governo em 2020, não avançou e parece cada vez mais distante. Em meio ao agravamento da crise sanitária no início de 2021, por ora, a discussão se concentra na prorrogação do auxílio emergencial a pessoas em situação de vulnerabilidade”, afirma o texto.

“Também continua difícil prever quanto será gasto na área da Saúde, o que naturalmente depende da evolução da pandemia. Já se sabe, contudo, que a vacinação estará em curso no decorrer de 2021 e que, até o momento, estão previstos R\$ 20,0 bilhões no Orçamento da União para essa finalidade”, completa.

-